



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639866 - TO (2021/0011257-9)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**PACIENTE** : MAURO ALVES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAURO ALVES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC N. 0014046-20.2020.8.27.2700).

O paciente teve a prisão preventiva decretada em virtude de tentativa de homicídio contra sua ex-companheira.

A impetração sustenta que há constrangimento ilegal, dada a ausência de elementos concretos que possam dar supedâneo ao encarceramento cautelar que, de resto, não demonstra os requisitos do art. 312 do CPP, pois limita-se a afirmar a gravidade abstrata do delito.

Salienta que o paciente é primário, de bons antecedentes e com residência fixa, devendo prevalecer a presunção de inocência e a substituição da segregação por outras cautelares menos afritivas, ainda mais em tempo de pandemia de Covid-19, quando se sabe que os presídios estão superlotados e sem condições básicas de higiene.

Requer, liminarmente, seja o paciente colocado em liberdade ou que sejam fixadas outras cautelares diferentes da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

A decisão de primeiro grau, ratificada pelo acórdão atacado, deixou assente a necessidade da prisão preventiva, ressaltando o seguinte (e-STJ fl. 54):

*Lado outro, o artigo 313, inciso III do CPP estabelece que a prisão preventiva poderá ser decretada quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.*

*Nesse ponto, o suposto ato criminoso fora praticado enquanto o representado era companheiro da vítima. Aliás, o autuado registra a prática de outros delitos contra a mesma vítima, o que revela sua periculosidade social e a inclinação à prática de crimes, demonstrando a real possibilidade de que, solto, volte a delinquir, colocando em*

*risco a integridade física da vítima, razão pela qual a prisão preventiva se mostra imprescindível para evitar a reiteração criminosa.*

Lembre-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (e-STJ fls. 42/43):

*No que diz respeito ao pleito subsidiário de substituição do ergástulo por prisão domiciliar em face da pandemia provocada pelo coronavírus, além de o crime ter sido cometido com violência e grave ameaça à pessoa, a Recomendação nº 62 do CNJ, como o próprio nome diz, trata-se de uma recomendação, não sendo lei e, por isso, não tem força cogente.*

*Registro não desconhecer que a mesma estipula medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e recomenda a reavaliação das prisões provisórias.*

*No entanto, essa recomendação não reflete uma diretriz obrigatória no sentido de se ter de soltar, irrestritamente, todos aqueles que se encontram presos provisoriamente, mas sim, um elemento interpretativo a ser levado em consideração em cada caso concreto, tendo-se em conta o trazido aos autos por cada parte interessada.*

*De mais, em 18/03/2020, o Supremo Tribunal Federal, por 7 votos a 2, deixou de referendar a liminar proferida pelo ministro Marco Aurélio na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n.º 347, que “conclamou” juízes de todo o país a soltar presos que estão no grupo de risco do novo coronavírus.*

*Entendeu a Corte Suprema que as medidas para evitar a contaminação de presos foram tomadas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como pelo Conselho Nacional de Justiça.*

*Há que se levar em conta também que diversas medidas foram tomadas pela Secretaria de Estado e Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins no sentido de se prevenir*

*o contágio do coronavírus nos estabelecimentos prisionais e garantir a saúde dos detentos e agentes penitenciários, como, por exemplo: suspensão das visitas e entrega de alimentos, cancelamento de atividade escolares e da transferência de detentos para dentro e fora do estado e, ainda, a fabricação de máscaras, pelos próprios detentos, que serão distribuídas para a população carcerária.*

*Deste modo, não pode prevalecer o argumento da pandemia do novo coronavírus para a liberdade provisória do Paciente, até porque, ao que tudo indica, com todas as medidas até então adotadas, o isolamento no estabelecimento prisional se mostra mais eficaz do que no convívio social, onde não se tem nenhuma garantia de que ele obedecerá o isolamento social.*

*(...)*

*Registre-se que o paciente não faz parte do grupo de risco que deixa a pessoa vulnerável ao coronavírus para justificar sua saída do estabelecimento prisional, pois não é idoso e não tem nenhuma doença crônica ou debilitante que seja incapaz de frear a covid-19. Portanto, entendo que a prisão do Paciente deve ser mantida, não havendo se falar em conversão da mesma em prisão domiciliar*

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência